

ESTIGMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO: DESENVOLVIMENTO E DISPARIDADE SOCIOECONÔMICA

ZAMPROGNO, Daniela Braga Araújo¹

Resumo: Este artigo possui como objetivo debater sobre a violência de gênero no Estado do Espírito Santo, analisando-se conjuntamente as condições sociais, econômicas e raciais, nas quais as vítimas estão inseridas. A pertinência temática se justifica, tendo em vista o aumento crescente da violência relacionada à identidade de gênero e orientação sexual, especificamente no tocante a transfobia e a homofobia, conforme apontado no Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil no ano de 2012, realizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Pretende-se assim refletir, nesse espaço, as relações entre tais condicionantes, como elementos impulsionadores do aumento de criminalidade contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBTT).

Palavras chaves: Violência, Gênero, Condição Social, Homofobia, Transfobia.

Abstract: This article aims to discuss gender violence in the state of Espírito Santo, jointly analyzing the social, economic and racial conditions in which the victims are inserted. The thematic relevance is justified by increase of violence related to gender identity and sexual orientation, specifically regarding transphobia and homophobia, as pointed out in Homophobic Violence Report in Brazil in 2012, held by the Department of Human rights of the Presidency. The aim is to reflect, in this space, the relationship between such conditions as drivers of, the increase of crime against Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender (LGBTT).

Key words: Violence, Gender, Social Condition, Homophobia, Transphobia.

Introdução

Os índices de violência relacionadas a identidade de gênero e orientação sexual tem crescido substancialmente nos últimos anos, principalmente sobre àqueles que estão inseridos em classes sociais menos abastadas (MARSIAJ, 2010).

Considerando tal premissa, o presente artigo analisará as dinâmicas societárias no Estado do Espírito Santo, frisando primeiramente as estratégias de sobrevivência de

¹ Mestranda em Segurança Pública. Especialista em Direito Previdenciário. Advogada. E-mail danielabraga.araujo@gmail.com

<https://doi.org/10.36311/1983-2192.2016.v0n17.5975>

comunidades de baixa renda e a importância de cunho econômico que a instituição familiar possui nestas comunidades.

Em ato contínuo, será discutida a ligação entre a importância econômica da estrutura familiar, conjuntamente a estruturação dos movimentos sociais em prol da Comunidade LGBTQTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros).

Ao final será aferida sobre a ligação da criminalidade contra a comunidade LGBTQTT no Estado do Espírito Santo, especificamente homofóbica/transfóbica, relacionada à sua condição social.

Estigma como um dos fatores ensejadores para perpetuação da violência homofóbica e transfóbica

Primeiramente, para entender a estigmatização na violência, necessário se faz conceituar o termo estigma, a fim de apreender posteriormente, como os processos de estigmatizações podem influenciar diretamente na discriminação homofóbica/transfóbica, podendo culminar muitas vezes em violência física.

Segundo Amaral (1992), o estigma é representado como a incapacidade para a aceitação social plena. Ao indivíduo estigmatizado pode ser imputado procedimentos de discriminação e segregação por terceiros.

Conceituando ainda a denominação estigma, pode-se dividi-los em três espécies: físico, social e étnico/racial. A primeira refere-se às aberrações físicas, na qual estética e outras formas corporais encontram-se qualificadas fora do padrão dito convencional. A segunda aduz às intolerâncias comportamentais, como distúrbios mentais, homossexualidade, identidade de gênero, crenças religiosas ou ainda sua falta, dependência química. Já a terceira espécie importa em intransigência quanto a etnia, raça e nação a determinada parcela de pessoas (GOFFMAN, 1982).

Desta maneira, considerando somente a divisão didática acima citada, percebe-se que a forma de estigma contra a população LGBTQTT é o social, pela intolerância em relação à sua orientação ou por sua identidade de gênero.

Contudo, como se verá adiante, a violência homofóbica e transfóbica não está somente relacionada ao estigma social, pois diversas situações de violências podem ocorrer a cumulação desses estigmas, por exemplo, pelo fato da vítima ser de integrante de camadas mais pobres da sociedade, ser negra.

Por fim, não se pode deixar de mencionar, que a violência homofóbica/transfóbica é também praticada pelos meios de comunicação de massa, reforçando estigmas, preconceitos e discriminações. Esta prática infere substancialmente na valorização de aspectos negativos, como a intolerância, ampliando a exclusão social dos homossexuais e transgêneros, e muitas vezes fomentando o ódio de indivíduos ditos heteronormativos contra essas minorias (MARTINS *et al.*, 2010).

Estratégias de sobrevivência de comunidades capixabas de baixa renda e a dinâmica econômica da estrutura familiar

Antes de adentrar sobre as formas de sobrevivência de comunidades de baixa renda capixabas, é crucial ressaltar o processo de aumento demográfico da região da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana), tendo início em meados dos anos 60.

O aumento populacional dos centros urbanos capixabas ocorreu principalmente pelo Programa Nacional de Erradicação de Cafezais Improdutivos, ocasionando o êxodo rural (MOREIRA; PERRONE, 2001). Neste sentido, muitas plantações foram destruídas e o sistema da agricultura cafeeira foi substituída paulatinamente pela pecuária extensiva, gerando o aumento dos latifúndios. Conforme Banck (1998), tais estratégias políticas ocasionaram na expulsão de 120.000 pessoas do campo.

Com o processo da expansão do parque industrial na Grande Vitória, o aumento populacional dessa região aconteceu de forma desordenada, sendo que a oferta de empregos decorrentes de tal processo não foi capaz de abarcar o quantitativo de trabalhadores vindos do interior e também de outros Estados em busca de sobrevivência.

Por conseguinte, o processo de industrialização, refletiu substancialmente na drástica transformação da sociedade, gerando inevitavelmente o processo de desigualdade social, o qual está umbilicalmente relacionado à expansão capitalista.

O presente artigo não possui o fito de aprofundar o exame de tal processo demográfico, suas causas e implicações, apesar de suma importância. Tal tema seria assunto para outro trabalho. A restrição neste capítulo quanto a este quesito será analisar as formas de sobrevivência das populações de baixa renda, e discorrer como as relações familiares possuem papel central no aspecto econômico/financeiro dessas famílias.

O conceito da família é de alta relevância para identificarmos sua importância como instituição, bem como para aferir posteriormente os aspectos econômicos que podem decorrer da relação de parentesco.

Atualmente, possuímos três invocações ao conceito de família. O primeiro, denominado de patriarcal, de viés colonial, de estrutura paternalista na qual a família tinha como figura central o seu patriarca, autoridade máxima, e a estipulação da solidariedade entre todos seus membros, inclusive filhos já casados (BANCK, 1998).

Com o desenvolvimento da sociedade industrial, a família nuclear passa a ser dominante, diferindo do modelo de família patriarcal. Nesse contexto, o núcleo família é composto somente pelo núcleo principal, na figura do pai (como autoridade máxima), mãe (no papel da administração dos afazeres domésticos) e filhos legítimos (ALVES, 2009).

O terceiro modelo familiar, o contemporâneo, decorre das transformações da sociedade, na qual comporta uma grande elasticidade em seu conceito, podendo ser constituída, por exemplo, de forma monoparental, formada por uma autoridade parental, independentemente do gênero, ou homoparental, quando formados por casais do mesmo gênero (DUTRA OLIVEIRA, 2009).

Famílias de baixa renda, tendem a se manter unidas, tendo em vista a dependência entre seus membros. A manutenção dessa união funciona como estratégia de sobrevivência, considerando os poucos recursos pecuniários (BANCK, 1998).

Tal estratégia pode ser conceituada como a reunião das práticas de trabalho formal, informal, inclusive prostituição, esmolas, sendo que a renda dessas atividades é reunida em um orçamento doméstico único, com o objetivo de atender da melhor forma possível as necessidades de seus diversos membros (SILVA, 2010)

Estudos realizados por Banck (1998) revelam que famílias de baixa renda tendem a se manter vinculadas como um grupo coeso, a fim de se ajudarem mutuamente em âmbito financeiro. Exemplo disso é citado por levantamento realizado por uma família que era composta pelo marido (exerce as funções de mascate e sacristão), esposa (costureira e lavadeira) e um bebê, que viviam em um lote juntamente com sua mãe (recolhe papéis velhos, latas) e duas irmãs (empregadas domésticas). Apesar das desavenças familiares, o grupo familiar mantinha-se unido, tendo em vista a interdependência financeira de todos os seus componentes. Contudo, os problemas

agravam-se quando parentes (tio e sobrinhas) migrantes rurais, aparecem pedindo ajuda. A família comovida através do apelo moral do parentesco, os auxiliam no que podem, porém, tendo em vista os escassos recursos, vetam posteriormente o seu acesso, tendo em vista a sobrevivência de seu grupo familiar.

Levantamento realizado por esta autora, com duas famílias, encontrou posicionamento convergente ao demonstrado por Banck (1998), conforme descrição logo a seguir:

A primeira família, estruturada de forma monoparental, composta pela genitora e seus três filhos, dois homens e uma mulher. A genitora e a filha trabalham como domésticas, sendo que os demais filhos trabalham informalmente como pedreiros. Toda a renda familiar é unificada para atender as demandas familiares, se possível de todos os seus membros.

A segunda composta pela genitora e seu bebê. A mãe trabalha informalmente três vezes por semana como faxineira e uma vez por semana como “contínuo” em escritório de advocacia. Por vezes, quando impossibilitada de prover seu sustento e de seu filho, a genitora solicita auxílio à sua irmã que possui sua família composta por estrutura nuclear.

Desta maneira, pode-se verificar que a estruturação familiar como núcleo econômico interdependente possui papel fundamental na sobrevivência de seus membros.

A seguir, será analisada a questão da interdependência financeira familiar, conjuntamente ao surgimento e estruturação dos movimentos sociais em prol da Comunidade LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros).

Desigualdade social e movimento LGBTT

O surgimento do Movimento LGBTT está registrado na literatura na década de 70, assim como vários Movimentos Sociais. Tal surgimento decorreu da abertura política à época, sendo que várias reivindicações foram trazidas à baila, entre elas, ao direito à identidade de gênero e orientação sexual (MARSIAJ, 2010). Tais movimentos se agruparam inicialmente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo (FACCHINI, 2012). Posteriormente, esse quadro muda e há a crescente inserção dos movimentos sociais em diversas regiões do país.

Porém, como a crise econômica da década de 80 abateu fortemente a população brasileira, diversos Movimentos Sociais, inclusive o LGBTT, diminuíram consideravelmente.

Para Marsiaj (2010) a propagação da HIV-AIDS nessa mesma época também teve papel fundamental na queda do quantitativo, bem como de adesões ao Movimento LGBTT. Desta maneira, o Movimento não se extinguiu, contudo ainda estava em uma posição marginalizada.

Já na década de 1990, a posição periférica dos Movimentos começa a mudar, e passa a assumir uma posição central, com a propagação cada vez maior do pensamento referente à defesa dos direitos das minorias, inclusive, dos homossexuais:

[...]há mudanças significativas que influenciam o movimento contemporâneo: a atuação passa a ser vista de modo mais pragmático, voltada para a garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência dirigidas aos homossexuais, e há menor resistência à institucionalidade (FACCHINI, 2012, p.138).

Para comprovar tal ilação, pode-se citar a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, em 1995, formada à época com 31 grupos, e, atualmente é a maior Associação GLBT da América Latina (DIAS, 2014).

No Estado do Espírito Santo, a composição e dificuldades na formação dos Movimentos Sociais, especificamente LGBTT não foram diferentes.

As formulações de alianças para construção dos Movimentos Sociais LGBTT no Espírito Santo iniciaram-se na década de 80, com articulações locais, fortalecendo-se na primeira década do século XXI.

Conforme consulta realizada no sítio eletrônico da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, há o registro de uma Associação do Estado do Espírito Santo, denominada ASTRAES (Associação de Travestis do Estado do Espírito Santo) fundada em 2002. Em consulta ainda, nas redes sociais encontra-se também a Associação GOLD - Associação Grupo, Orgulho, Liberdade e Dignidade, fundada em Colatina em 2005.

Ambas as Associações em apartada síntese remetem à defesa dos direitos do público LGBTT, desde ao direito de uso ao nome social até à informação de qual instituição pública devem recorrer quando, por exemplo, são agredidos.

Nesta banda, percebe-se o amadurecimento gradual quanto ao engajamento dos Movimentos Sociais LGBTTT e a afirmação da postura central e articulada entre seus membros no decorrer dos anos.

Contudo, dois fatores, os quais serão tratados nesse trabalho, influenciam de sobremaneira a participação e pautas dos movimentos sociais, quais sejam, o poder socioeconômico de seus integrantes e a estrutura familiar.

Segundo Marsiaj (2010), há uma tendência maior da pauta dos Movimentos LGBTTT quando pertencentes a classe social baixa, reivindicar questões que afetam diretamente àquela comunidade, como discriminação social e violência. Contrário *sensu*, integrantes de movimentos de classe média a alta, por estarem envolvidos em outra realidade no tocante a condição social na qual estão inseridos, podem pautar-se em questões ligadas à legislação, como reconhecimento de identidade de gênero ou orientação sexual, inclusive nas relações de trabalho e direitos previdenciários (DIAS, 2014).

A luta pela conquista dos direitos de identidade de gênero e orientação sexual está em voga atualmente, podemos citar, a criação da Comissão Especial da Diversidade Sexual, fundada em 22 de março de 2011, fruto do pacto firmado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em atender a população LGBTTT, que por muitas vezes não encontram nas instituições a efetivação de seus direitos, sendo, portanto, colocadas à margem da sociedade como cidadãos de segunda categoria (DIAS, 2014).

Não menos pertinente, outro elemento importante para adesões aos Movimentos sociais, especificamente LGBTTT refere-se à estrutura familiar.

Em classes econômicas baixas, a interdependência de seus membros é geralmente uma constante, tendo em vista às dificuldades pecuniárias que sofrem. Desta maneira, seus integrantes juntam os rendimentos de seus trabalhos para sobreviverem.

Neste passo, a dependência financeira do indivíduo juntamente com o conservadorismo familiar pode ser um obstáculo para a adesão e construção de Movimentos Sociais LGBTTT, tendo em vista a estruturação desse grupo, como núcleo coeso economicamente, pois o mesmo poderá encontrar pré-conceitos perante seus familiares, e como membro interdependente poderá não aderir a agenda de tais movimentos (MARSIAJ, 2010).

Necessário ainda ressaltar, que atualmente essa é uma realidade que paulatinamente está quebrando paradigmas, haja vista a maior aceitação dos membros familiares quanto à orientação sexual e identidade de gêneros de seus integrantes (CARRARA; VIANA, 2006).

Apesar dos avanços descritos quanto ao amadurecimento e emancipação dos Movimentos LGBTT, percebe-se que ainda, a adesão e estabelecimentos de pautas possuem divergências, considerando o grupo social no qual o Movimento e seus membros estão inseridos.

Condição social e criminalidade – a violência contra a população LGBTT

A violência contra homossexuais, mulheres e negros, era até pouco tempo atrás considerada pelo senso comum, como prática corriqueira, não se enquadrando no rol de atitudes condenáveis. Apesar do alto índice de agressões e violências cometidas atualmente, no que interessa a este trabalho, ao público LGBTT, percebe-se a mudança de consciência da sociedade quanto a reprovabilidade de tais condutas em face desses atores sociais (SILVA, 2010).

Vários fatores, podem impactar a tipificação dos crimes cometidos contra a população LGBTT, decorrentes de etnia, condição social, comportamental, dentre outros.

Apesar de todos serem de suma importância para o estudo da violência contra esse grupo de minorias, o presente artigo irá focar-se no elemento da condição social na qual pertencem às vítimas de violência.

A utilização de espaços comunitários possui vasta diversificação para sociabilidade homoerótica, bem como para contribuição para o sentimento de pertencimento social e político no tocante à sua homossexualidade. Tais espaços são de suma importância, pois podem contribuir substancialmente para a minimização de sentimentos de consternação quanto a não aceitação em relação à própria sexualidade, e estimulação para assumir sua postura quanto a sua identidade gênero e orientação sexual perante à sociedade (SIMÕES; FRANÇA, 2005).

Nesses espaços comunitários, pode-se perceber a diferenciação quanto às desigualdades socioeconômicas. Tais espaços podem ser divididos em públicos ou estabelecimentos comerciais (privados), e dependendo da localização podem estar diretamente relacionadas a classe econômica frequentadora (MARSIAJ, 2010).

Espaços urbanos públicos, podem ser caracterizados como praças, parques, praias. Espaços privados, inserem-se em bares, saunas, boates. Ambas formas de espaços são consideradas para Simões e França (2005) como guetos homossexuais.

Diferenciações de classe social podem ser sentidas, pois de acordo com o “nível” do estabelecimento comercial, se privado, ou a localização dos espaços comunitários, podem ser frequentados maciçamente por integrantes de classe média a alta.

Explica-se. Estabelecimentos privados, dependendo do custo para sua utilização costumam ser mais frequentados por consumidores de classes mais altas, excluindo-se do processo de consumo o usuário não detentor do poder aquisitivo. Já as áreas públicas, dependendo de sua localização, podem ser mais frequentadas por classes mais altas, tendo em vista que as mesmas possuem rede de relacionamentos e moram provavelmente em suas proximidades.

Nesse aspecto, a localização das ocorrências dos crimes, bem como a tipificação dos delitos em face da população LGBTTT possui diferenciação quanto ao estrato social e econômico de suas vítimas.

Isso porque, a violência praticada em face do público LGBTTT de classes mais pobres decorre além do viés homofóbico/transfóbico, possui o ranço histórico da intolerância racial e às camadas mais pobres da sociedade. Tal parcela da sociedade, muitas vezes alijada de seus Direitos e Garantias Fundamentais, é mais propensa a sofrer violência, tendo como algozes a polícia, membros de tráfico de drogas, justiceiros e “cafetões” (MARSIAJ, 2010).

Ademais, o próprio sistema culpabiliza a vítima pela ocorrência da violência sofrida. E, não se pode olvidar, que população LGBTTT de classes mais pobres é por muitas vezes estigmatizada pelo seu comportamento moral, que segundo padrões predominantes não é socialmente aceitável (GUIMARÃES *et al.*, 2013).

Já quando se analisa a violência sofrida por classes mais altas, detentoras de poder econômico, verifica-se que os delitos cometidos muitas vezes não se relacionam diretamente à orientação sexual, identidade de gênero ou etnia, mas sim, possui natureza principalmente econômica. Considera-se ainda, que a população LGBTTT integrante de classe altas são considerados consumidores e são aceitos pela lógica do sistema capitalista.

Nesse sentido, segundo Marsiaj (2010) os índices de homicídios são comuns em relação à homofobia e transfobia em todas as classes sociais, mudando-se a conjuntura da

ocorrência do delito. A população LGBTTT que se utiliza da prostituição como forma de sobrevivência, é mais suscetível de ser agredida nas ruas, pela polícia, cafetões, traficantes.

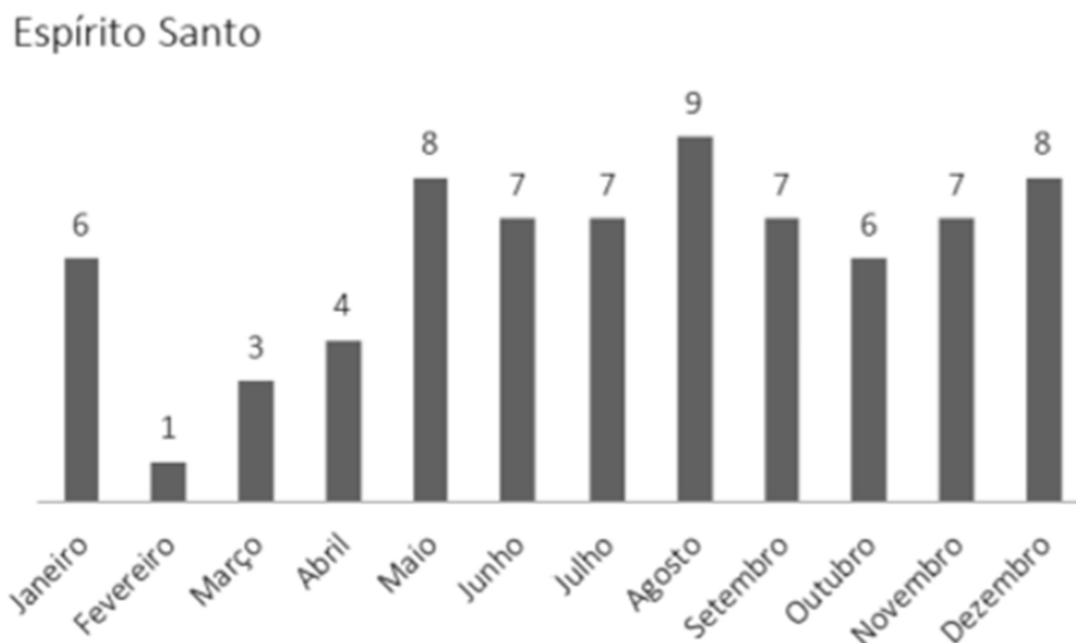
De modo inverso, membros de classes sociais altas, são agredidos e mortos dentro de estabelecimentos privados ou de suas próprias residências, sendo que conforme explanação anterior tais crimes, geralmente, não estão relacionados diretamente com homofobia, mas sim, pelo proveito econômico a ser auferido pelo agente ao cometer o crime. E os índices de violência contra a população LGBTTT, têm aumentado consideravelmente nos últimos anos. Segundo o Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil (2013), no ano de 2012 houve um acréscimo, somente no Estado do Espírito Santo, de 208% do ano de 2011 para o ano de 2012. E quanto a média nacional houve um acréscimo médio de 166,09%.

Comparativo 2011/2012, aumento do nº denúncias por estado			
UF	2011	2012	% de aumento
AC	2	11	450,00%
AL	17	65	282,35%
AM	13	57	338,46%
AP	0	6	NA
BA	94	201	113,83%
CE	63	143	126,98%
DF	45	239	431,11%
ES	24	74	208,33%
GO	26	111	326,92%
MA	67	105	56,72%
MG	98	255	160,20%
MS	13	46	253,85%
MT	7	123	1657,14%
PA	36	101	180,56%
PB	28	94	235,71%
PE	52	115	121,15%
PI	107	68	-36,45%
PR	68	182	167,65%
RJ	81	271	234,57%
RN	22	73	231,82%
RO	2	13	550,00%
RR	0	7	NA
RS	58	202	248,28%
SC	25	58	132,00%
SE	7	31	342,86%
SP	197	409	107,61%
TO	7	17	142,86%
TOTAL	1159	3084	166,09%

O Relatório supracitado explana ainda, o número de violências registradas no ano de 2012, por competência mensal, conforme poderá se observar no Gráfico 01, bem

como detalha o tipo de violação ocorrida no ano em referência, segundo Gráfico 02, ambos com o foco no Estado do Espírito Santo:

Gráfico 01: Denúncias registradas de violações contra a população LGBTT no ano de 2012:



Fonte: Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil (2013)

Gráfico 02: Tipos de violações, ocorridas em 2012, tendo como vítimas a população LGBTT:



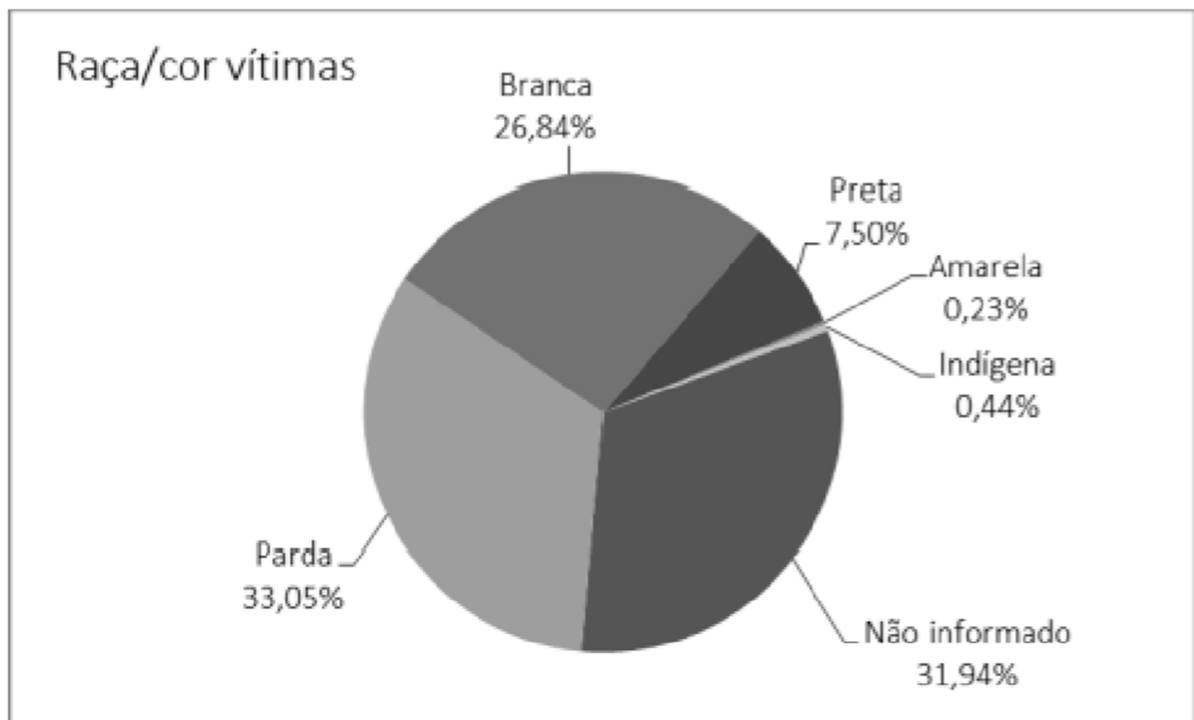
Fonte: Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil no ano de 2012 (2013)

Assim, identifica-se que ano de 2012 a maioria das violações contra a população LGBTTT no Estado do Espírito Santo são de violência psicológica, discriminação, violência sexual e violência física, nesta ordem.

Quanto aos dados nacionais, o Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil no ano de 2012, aponta que os homicídios aumentaram de 11,51% de 2011 para 2012, o número de lesões corporais aumentou de 55,7% para 59,3% em 2012, bem como aponta que as maiores vítimas são travestis e transexuais

O Relatório ainda registra as características do perfil das vítimas, por raça e orientação sexual, as quais podem-se ser observadas, respectivamente, nos Gráficos 03 e 04.

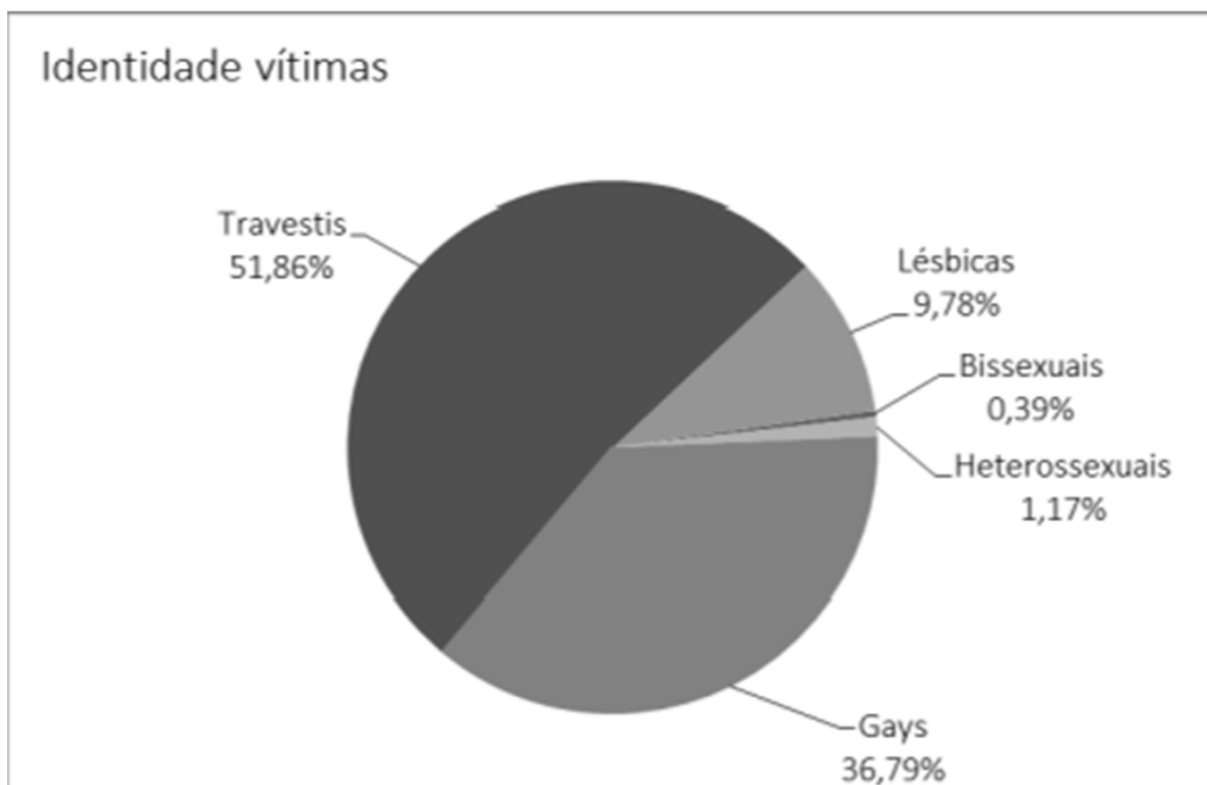
Gráfico 03: Perfil das vítimas em relação a raça e cor:



Fonte: Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil no ano de 2012 (2013)

Compulsando o gráfico acima, nota-se que negros (pardos e pretos), são vítimas de violência homofóbica/transfóbica no percentual de 40,55%, contra 26,84% dos brancos.

Gráfico 04: Perfil das vítimas em relação à orientação sexual



Fonte: Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil no ano de 2012 (2013)

Já quanto ao perfil das vítimas por orientação social, vislumbra-se que a maior parte das infrações cometidas são contra travestis (51,86%), gays (36,79%), lésbicas (9,78%), heterossexuais (1,17%).

Conjugando-se todos esses elementos, pode-se observar o aumento vertiginoso de registros de denúncias de crimes relacionados a população LGBTQT, bem como afere-se a crescente pauperização da violência sofrida por essa classe, que além de ser estigmatizada pela sua orientação sexual e identidade de gênero, carregam a chaga pela sua marginalização social.

Considerações finais

Como procurei sintetizar neste artigo, a violência contra o público LGBTQT, especialmente homofóbica e transfóbica, possui enraizamento estrutural, ou seja, atingem todas as classes sociais, mas sobremaneira, às populações de jovens, negros e de classes econômica baixa.

Conforme relatório citado acima, a estruturação da violência homofóbica se caracteriza pela desumanização das condutas consideradas divergentes do padrão da normalidade heterossexual, estigmatizando suas vítimas.

Ademais, não se pode deixar de mencionar que a violência contra a população LGBTT, além de estar relacionada com a intolerância comportamental, possui um viés econômico, pois indivíduos de classes pobres são mais propensos a serem vítimas de delitos mais graves, pela cumulação de estigmas sociais.

Percebe-se ainda, que, em âmbito nacional, houve considerável aumento de violações de maior gravidade, conforme apontado no Relatório de Violência Homofóbica de 2012, sendo que o número de homicídios no Brasil aumentou 11,51% de 2011 para 2012, o número de lesões corporais aumentou de 55,7% para 59,3% em 2012.

No Estado do Espírito Santo, nota-se que entre 2011 e 2012 houve aumento de 208% das denúncias de crimes relacionados à homofobia, sendo que violência psicológica, discriminação, violência sexual e violência física apareceram como os tipos de violação mais delatados, nesta ordem.

De acordo com a leitura do gráfico 04, pode-se observar que travestis e homossexuais são as classes que mais sofrem pela intolerância à sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Por esse motivo, o presente artigo focou seu estudo na violência contra essas classes, por entender que tal situação merece ser mais estudada e discutida, a fim de obter, por parte do Poder Estatal, a instrumentalização eficaz de políticas públicas para o enfrentamento da violência.

Não se pode tolerar mais que as minorias sociais sejam tolhidas de seus direitos e deixados à margem, como cidadãos de segunda categoria. Há muito ainda a caminhar para nos tornamos uma sociedade democrática, plural e justa, em que todos os indivíduos respeitem mutuamente as diferenças de cada par. Até lá, muitas pedras ainda serão encontradas pelo percurso. Contudo, cabe a nós, militantes desta batalha, se imbuir de todos os instrumentos e instituições democráticas a fim de perseguir tal objetivo.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Roosenberg Rodrigues. Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações. **II Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG/UCG**. Goiás, 2009.
- AMARAL, L. A. **Espelho Convexo**: O corpo desviante no imaginário Coletivo. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, 1992.
- ASSOCIAÇÃO ABGLT, **Associação Brasileira de Gays, Lésbicas Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Disponível em <<http://www.abgl.org.br/port/lista.php>>. Acesso em: 21.abr.2015.
- ASSOCIAÇÃO GOLD, Associação Grupo, Orgulho, Liberdade e Dignidade. **Facebook 2011**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/associacaogold/info?tab=overview>>. Acesso em: 21.abr.2015.
- BANCK, Geert. **Dilemas e Símbolos**: Estudos Sobre a Cultura e Política do Espírito Santo. Vitória: Instituto Geográfico do Estado do Espírito Santo, 1998.
- CARRARA, Sergio; VIANNA, Adriana R. B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 16, p. 233-249, 2006.
- DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os Direitos LGBTI**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- DUTRA OLIVEIRA, Nayara Hakime. **Recomeçar**: família, filhos e desafios. UNESP, 2009.
- FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n. 04, 2012.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GUIMARÃES, Cristian Fabiano; MENEGHEL, Stela Nazareth; GUARANHA, Camila; BARNART, Fabiano; SIMÕES, Igor Garber e DE MOURA, Juliane Quevedo. **Assassinatos de Travestis e Transexuais no Rio Grande do Sul: crimes pautados em gênero?** Barcelona: AtheneaDigital, 13(2), 2013.
- MARSIAJ, Juan P. Pereira. Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19, 2010.

MARTINS, Marco Antonio Matos; FERNANDEZ, Osvaldo; NASCIMENTO, Érico Silva do. Acerca da violência contra LGBT no Brasil. Entre reflexões e tendências. *In*: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9, 2010**, Florianópolis. Anais... Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

MOREIRA, Thais Helena. PERRONE, Adriano. **Espírito Santo História e Geografia**. Vitória: Ed Histórias e Parcerias, 2001.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n. 3, 2010.

SOBRE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NO BRASIL, Relatório. ano de 2012. **Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Presidência da República**, 2013.

SIMÕES, Julio Assis; FRANÇA, Isadora Lins. Do gueto ao mercado. **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.